

Cidadania e Justiça Ambiental: Ações de Mobilização Comunitária no Bairro São Dimas

Área Temática de Meio Ambiente

Resumo

Trata-se de um conjunto de ações de promoção do envolvimento qualificado de uma comunidade de baixa renda de São João del Rei na ocupação, em conjunto com a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), de uma área verde, pertencente a esta última, que vem, ao longo dos anos, sendo submetida a processos degradadores de solos, vegetação e nascentes. Objetivos: capacitação política de uma comunidade de baixa renda como sujeito crítico dos processos de concepção, planejamento, execução e acompanhamento da ocupação sustentável da área em questão. Metodologia: discussão de conceitos da sociologia ambiental; reuniões quinzenais com a comissão coordenadora; produção de "folhas informativas" mensais; acompanhamento e auxílio nas interações entre as lideranças comunitárias do bairro São Dimas e os órgãos públicos. Pesquisa e produção de artigo sobre a experiência. Principais resultados: definição das ações prioritárias. Primeiros contatos com órgãos públicos pertinentes e com a direção da UFSJ. Início de elaboração do projeto de ocupação e recuperação da área. Conclusões: conclusão parcial: a morosidade na obtenção de resultados concretos exerce forte efeito desmobilizador, que deve ser continuamente combatido pela promoção de reflexão crítica sobre a situação de injustiça ambiental.

Autores

Prof. Eder Jurandir Carneiro (doutor)
Matheus Alves Barros (graduando)

Instituição

Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ

Palavras-chave: justiça ambiental; capacitação política; comunidades carentes.

Introdução e objetivo

O projeto pretende colaborar no efetivo envolvimento de uma comunidade de baixa renda da cidade de São João del Rei, os moradores do bairro São Dimas, na ocupação ordenada de uma área verde de aproximadamente 40.000 metros quadrados situada no campus dom Bosco da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Essa área vem, ao longo dos anos, sendo submetida a usos e processos degradantes, tornando-se alvo de depósitos de lixo e entulho, extração clandestina de cascalho, pastagem de eqüinos, assoreamento de duas nascentes existentes no terreno e destruição das matas ciliares, avanço rápido de voçorocas que já ameaçam de desabamento algumas casas do bairro São Dimas etc. Ao mesmo tempo, há várias décadas, os moradores do bairro utilizam-se de trilhas que cortam a área e lhes propiciam atalho para outros bairros da cidade onde estudam e trabalham. A persistir a situação, a Universidade poderia vedar a entrada da comunidade do bairro São Dimas na área.

Preocupado com esse quadro, o acadêmico Matheus Alves Barros logrou reunir um grupo de trabalho formado por alunos dos cursos de Filosofia e Biologia e por docentes da UFSJ. Desde o início, esse grupo erigiu como estratégia orientadora das ações a busca da maior participação possível das comunidades interna e externa, percebida como meio

instrumentalmente eficaz e politicamente adequado para garantir a ocupação coletiva, democrática e sustentável da área, estancando e revertendo sua degradação.

Nesse sentido, têm-se realizado regularmente, ao longo do ano corrente, na Capela de São Dimas, reuniões com lideranças e membros da comunidade local. Numa dessas reuniões, foram eleitos seis representantes do bairro São Dimas que passaram a integrar um “comitê gestor”, juntamente com alunos e três docentes da UFSJ - professores Aparecida Célia Paula dos Santos, do Departamento de Ciências Naturais (DCNAT), Helvécio Luiz Reis, do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis (DECAC), e Eder Jurandir Carneiro, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas (DECIS).

A primeira tarefa desse comitê gestor foi a de, juntamente com moradores do bairro São Dimas, definir e hierarquizar as ações a serem desenvolvidas na área. Fixaram-se como prioritárias as seguintes metas: providenciar alternativas de moradia às onze famílias que têm suas casas ameaçadas de desabamento pelo avanço da enorme voçoroca existente na área; envolver a Universidade e órgãos públicos pertinentes no trabalho de contenção da voçoroca; colocação de uma guarita com cancela e vigilante na passagem existente nos limites entre a área da Universidade e o bairro São Dimas; elaboração, pelos professores envolvidos, de um programa de extensão que deverá ser aprovado nos departamentos envolvidos e nos conselhos pertinentes.

O projeto “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária no bairro São Dimas” surgiu das necessidades de formalizar a participação do professor Eder Carneiro e do acadêmico Matheus Alves Barros nas atividades descritas - que vimos chamando, provisoriamente de “Projeto Nosso Bosque” - e de promover uma reflexão crítica e coletiva sobre essas atividades.

De outra parte, o projeto responde à orientação política de construção de uma Universidade pública socialmente referenciada, na medida em que, de um lado, busca estender a uma população carente os recursos teóricos e informacionais necessários ao seu engajamento crítico e consciente num processo de apropriação de condições naturais e, de outro lado, pretende cotejar o saber acadêmico com o saber dito leigo, referido à prática, da população envolvida.

Importante salientar que não se trata aqui de uma mera “troca intelectual” entre a Universidade e a comunidade externa, mas também de um aprendizado mútuo sobre os mecanismos de poder em que se fundamenta a distribuição socialmente desigual do acesso às condições naturais e dos riscos e danos resultantes da degradação de tais condições. Dado que tal “desigualdade ambiental” é sistematicamente reproduzida e ampliada pelo próprio funcionamento da economia capitalista, as populações de baixa renda são levadas a arcar com uma carga desproporcional de danos ambientais, ao passo que vêm-se alijadas dos processos econômicos e políticos que definem os usos sociais das condições naturais. A tais populações reserva-se sempre o papel passivo de vítimas da desigualdade ambiental. Quando muito, a participação das comunidades carentes em projetos de “desenvolvimento sustentável” cinge-se às tarefas de execução em que se apresentam como mão-de-obra barata.

De outra parte, a constituição dessas populações de baixa renda em sujeitos críticos das disputas sociais pela destinação das condições naturais faz diminuir a “vantagem estrutural” de que gozam os grupos socialmente privilegiados, os quais passam a encontrar maior dificuldade em “externalizar”, para as classes subalternas, os custos ambientais resultantes das formas dominantes de produção. Se isso ocorre, torna-se mais provável que as questões referentes à desigualdade ambiental e à sustentabilidade conduzam-se com maior peso à agenda política.

Além disso, o trabalho de mobilização e capacitação política de populações carentes auxilia na melhoria imediata de suas condições ambientais de vida.

Metodologia:

O projeto tem sido e será executado por meio dos seguintes procedimentos:

- leitura e discussão de textos de sociologia ambiental pelo aluno-bolsista, visando à sua capacitação teórico-conceitual;

- reuniões regulares com moradores do bairro São Dimas;

- reuniões quinzenais com o comitê gestor, do qual participam o coordenador e o aluno-bolsista;

- reuniões semanais entre o coordenador e o aluno-bolsista, para orientação sobre o trabalho prático e teórico em desenvolvimento; produção e sistematização de informações sobre os trabalhos relativos à ocupação da área, bem como sua divulgação para as comunidades interna e externa, mediante a confecção “folhas informativas” mensais, com tiragens de 100 exemplares, a serem distribuídas para a comunidade do bairro São Dimas e publicadas no Jornal da Universidade, da UFSJ;

- levar à comunidade do bairro São Dimas elementos conceituais e informacionais pertinentes à discussão da questão ambiental contemporânea em seus múltiplos aspectos por meio do oferecimento de um curso de extensão sobre “justiça ambiental”, orientado pela preocupação de articular teoricamente o trabalho de ocupação da área em tela e os problemas e conflitos sócio-ambientais mais amplos (regionais, nacionais e mundiais). O curso constituir-se-á de três módulos de três horas, a serem ministrados, pelo coordenador e pelo aluno-bolsista, nas dependências da UFSJ, nos meses de junho, agosto e outubro do ano corrente;

- assessoria aos moradores do bairro São Dimas no processo de reconstituição da diretoria da Associação de Moradores, que se encontra desativada;

- mobilização, organização e prestação de assessoria às onze famílias cujas casas estão ameaçadas pelo avanço da voçoroca;

- acompanhamento e auxílio nas interações entre as lideranças comunitárias do bairro São Dimas e os órgãos públicos com vistas à viabilização das ações de ocupação da área em questão (isto se aplica, de imediato, à busca de solução para o problema das casas ameaçadas pelo avanço da voçoroca existente na área);

- juntamente com o segundo relatório a ser encaminhado à Comissão de Extensão da UFSJ, o aluno-bolsista deverá desenvolver, sob a orientação do coordenador, uma pesquisa empírica sobre a experiência do projeto e, ao final, produzir um artigo científico a ser apresentado em eventos de divulgação científica e de extensão internos e, na medida do possível, externos à UFSJ.

Para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do projeto serão utilizados os seguintes indicadores: para análise e avaliação do projeto - registro quantitativo do número de presentes às reuniões com moradores do bairro São Dimas; assiduidade e regularidade na produção das “folhas informativas”; eleição e posse da nova diretoria da Associação de Moradores; assiduidade e regularidade do oferecimento dos módulos do curso de extensão sobre a questão ambiental; registro dos contatos, pessoais ou por escrito, com órgãos públicos análise qualitativa do impacto da mobilização sobre o avanço nas ações de ocupação ordenada da área verde.

Procedimentos para avaliação do bolsista: verificação semanal da aprendizagem do conteúdo de textos sobre a questão ambiental; verificação da assiduidade do comparecimento do bolsista às reuniões com os moradores do bairro São Dimas; verificação da assiduidade do comparecimento do bolsista às reuniões com o comitê gestor; avaliação do empenho do bolsista na elaboração das “folhas informativas” mensais; avaliação do empenho do bolsista na preparação e execução do curso de extensão sobre a questão ambiental para os moradores do bairro São Dimas; avaliação do empenho do bolsista na elaboração do artigo filosófico-científico ao final do projeto.

Resultados e discussão

O projeto “Cidadania e justiça ambiental...” iniciou-se há pouco mais de um mês, sendo, portanto, muito cedo para avaliações de resultado mais conclusivas. Além disso, alguns efeitos obtidos parecem derivar, em parte, da ação de pessoas envolvidas com o “Projeto Nosso Bosque”, isto é, com um conjunto abrangente de ações relativas à ocupação sustentável da área verde em questão que vem se desenvolvendo desde o início do ano corrente. Contudo, parece não haver dúvida de que o projeto “Cidadania e justiça ambiental...” começa a obter êxito em seu objetivo geral de ser o veículo de promoção da reflexão teórica e da mobilização no interior do “Projeto Nosso Bosque”. Com efeito, nesse primeiro mês de funcionamento do “Cidadania e justiça ambiental...” conseguimos ampliar significativamente a rede de contatos entre o comitê gestor do “Projeto Nosso Bosque” e os órgãos públicos e instituições pertinentes, tais como a Defesa Civil, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Obras e a reitoria da Universidade Federal de São João del Rei.

De outra parte, construímos, em conjunto com o comitê gestor, um cronograma de elaboração e aprovação, nas instâncias internas da Universidade, de um projeto geral para a ocupação da área, que contemple, além das ações prioritárias de contenção da voçoroca e de colocação da cancela com guarita, outras atividades definidas pelas comunidades universitária e do bairro São Dimas, tais como a construção de uma arena multiuso, de pistas de caminhada, de uma casa de vegetação, de uma casa-sede (para abrigar a administração da área, a realização de reuniões da Associação de Moradores, a realização de cursos de extensão na área de meio ambiente etc.), a recuperação das duas nascentes presentes na área e de suas matas ciliares, a recuperação do bosque de árvores nativas e das encostas erodidas. De acordo com o cronograma aprovado, esse projeto maior deverá estar pronto até o final de julho, para que possa tramitar e ser aprovado nos conselhos da UFSJ no mês de agosto. Dessa forma, pretende-se que a partir de setembro próximo seja possível buscar recursos junto a órgãos públicos e outras instituições para a implementação das ações e médio e longo prazos pretendidas.

O maior obstáculo enfrentado pelo projeto parecem ser a inércia e a morosidade dos órgãos públicos e, mesmo, da própria administração da Universidade, em responder aos nossos pleitos. Isso tem exercido um forte efeito desmobilizador, que deve ser continuamente combatido pela promoção de reflexão crítica sobre a situação de injustiça ambiental. Esperamos que esse contra-efeito seja obtido com os primeiros resultados concretos e com o início do trabalho de informação e qualificação política da comunidade do bairro São Dimas por meio da edição e distribuição da primeira “folha informativa” e da realização, na última semana de junho, do primeiro módulo do curso de extensão sobre injustiça ambiental.

Com efeito, o curso de extensão e a interpretação das informações e dos fatos presente nas “folhas informativas” estarão centrados na noção de que a chamada “questão ambiental” refere-se não apenas ao complexo problema da sustentabilidade do “metabolismo” entre as coletividades humanas e as condições e processos naturais subjacentes, mas igualmente às assimetrias e desigualdades na apropriação e uso dessas condições e processos. Noutras palavras, uma sociologia ambiental crítica pergunta-se não somente pelas possibilidades de sustentabilidade de coletividade, mas também sobre as conexões entre, de um lado, as relações de produção e formas de propriedade vigentes e, de outro, o perfil da desigual “distribuição ecológica” entre os vários grupos que constituem essa coletividade.

Dessa forma, a questão ambiental deixa de ater “somente” ao problema da sustentabilidade da vida e das condições gerais da produção econômica, para focalizar, com igual ênfase, o problema da “justiça ambiental”, tal como apresentado na introdução desse texto. Esse problema pode ainda ser pensado de forma consistente por meio da noção de

“espaço ambiental”. A existência de seres humanos implica necessariamente a utilização (tanto no consumo de “recursos naturais” quanto no despejo de dejetos) de elementos e processos produzidos pela natureza, cujo conjunto é chamado de espaço ambiental (que, evidentemente, abrange o espaço físico, geográfico, mas não se restringe a ele). Em sociedades desiguais, certos grupos, classes ou nações estão em condições de se apropriar de uma “cota” do espaço ambiental maior que a “cota” de outros.

Vê-se, então, que a desigualdade ecológica, de uso do espaço ambiental, nada mais é que uma expressão das desigualdades internas a um sistema social. No âmbito do sistema econômico mundial, os países industrializados consomem um espaço ambiental muito maior que aquele utilizado pelos países pobres. Assim, por exemplo, calcula-se que a pequena Holanda consome “um espaço ambiental aproximadamente quinze vezes maior do que o seu próprio território” (MARTÍNEZ-ALIER, 1999: 217). Num âmbito mais local, podemos observar a mesma desigualdade de acesso e uso do espaço ambiental: proprietários de carro usam mais espaço ambiental do que pedestres e ciclistas, já que nele despejam o CO₂ emitido por seus veículos; as pessoas das classes populares se amontoam em vilas e vêm-se na contingência de habitar áreas degradadas e de risco, tendo que arcar com os custos disso para sua saúde, enquanto as classes superiores habitam as áreas mais seguras, gozam de maior espaço para lazer e fruição, e usufruem de uma parcela maior dos benefícios da produção realizada a partir da exploração das condições naturais.

Esse uso desigual do espaço ambiental gera uma “dívida ambiental” dos ricos em relação aos pobres, posto que o bem-estar ambiental de uns existe em função do mal-estar ambiental de outros. É claro que essa dívida não pode ser estimada em valores monetários. Ela só pode ser saudada mediante um processo de redistribuição do espaço ambiental orientada por princípios de equidade ambiental e de sustentabilidade. O resgate dessa dívida deve iniciar-se, portanto, pelo “ressarcimento” às populações mais pobres. Dessa ótica, o projeto “Cidadania e justiça ambiental” pode ser entendido como uma iniciativa que visa à diminuição da desigualdade ambiental em São João del Rei, na medida em que pretende auxiliar uma população social e ambientalmente carente a ampliar seu acesso ao espaço ambiental da cidade.

Conclusões

Tal como se originou nos EUA nos anos 1980, o conceito de justiça ambiental referia-se especificamente ao “conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.” (ACSERALD et. al., 2004: 9-10). Porém, no Brasil, o conceito tem sido submetido a um intenso trabalho de reinterpretação e apropriação às particularidades de nossas condições sócio-históricas. Assim, num país “caracterizado pela existência de grandes injustiças, o tema da justiça ambiental vem sendo reinterpretado de modo a ampliar seu escopo (...) As gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam um conjunto de situações caracterizadas pela desigual distribuição de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento. A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento” (ACSERALD et al., 2004: 10).

A pertinência dessas referências conceituais para a análise da situação empírica do projeto “Cidadania e justiça ambiental” evidencia-se quando consideramos, por exemplo que o terreno onde se localizam as casas ameaçadas pela erosão foi doado às pessoas que hoje lá residem, em resposta a reivindicações de moradias apresentadas pelas famílias de baixa renda que, por ocuparem posição social subalterna, foram excluídas do acesso a terrenos geotecnicaamente seguros e assentadas em região de risco ambiental. Essas famílias

encontram-se, portanto, objetivamente compelidas a resignar-se a habitar as margens da voçoroca onde permaneceram por décadas sem que o poder público tomasse qualquer medida em relação à situação de risco.

Da mesma forma, a injustiça ambiental se expressa no fato de que a qualidade da atenção e do tratamento dispensado pelas autoridades municipais varia na razão inversa da poder econômico e político das distintas populações. Pode-se perguntar, assim, se o descaso das autoridades em relação ao avanço da voçoroca, que já dura décadas, se repetiria se na região residissem populações e alta renda e poder político.

Ao nosso ver, o conceito de justiça ambiental deve referir-se não apenas à distribuição desigual dos riscos ambientais e do acesso aos recursos naturais como base material da vida, mas à distribuição desigual das possibilidades de uso das condições naturais para outros fins não diretamente “produtivos”, tais como o desenvolvimento de práticas de lazer e culturais. Essa nova dimensão da noção de justiça ambiental também parece adequada à situação empírica de nosso projeto, na medida em que a própria população do bairro São Dimas manifestou pronto interesse na utilização da área como espaço de lazer e de realização de atividades comunitárias e culturais.

Referências bibliográficas

ACSERALD, Henri et al., Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSERALD, Henri et al. (org.), Cidadania e justiça ambiental. São Paulo: FASE, 2004, p. 23-39.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais. 2003. 449 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva, Marx e a natureza em O capital, São Paulo: Loyola, 1986.

DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à Crítica da Ecologia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GOULD, Kenneth A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSERALD, Henri et al. (org.), Cidadania e justiça ambiental. São Paulo: FASE, 2004, p. 69-80.

KIRKBY, J. et al. (ed.), The Earthscan Reader in Sustainable Development. Londres: Earthscan Publications, 2000.

KURZ, Robert, O programa suicida da economia. In: KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 183-189.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.), Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999, p. 215-231.

SACHS, W. (editor), Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

WRIGHT, Beverly. Cooperação com a universidade pela justiça ambiental: o caso do Centro de Justiça Ambiental do Extremo Sul, Louisiana. In: ACSERALD, Henri et al. (org.), Cidadania e justiça ambiental. São Paulo: FASE, 2004, p. 109-118.